



*A Violência Transfóbica no Brasil e a Pandemia de 8 COVID19: Como Pensar Questões de Poder a Partir de Colonialidade de Gênero**

*(Transphobic Violence in Brazil and the COVID-19 Pandemic:
How to Think About Power Issues from Gender Coloniality)*

*Recebido em:
01/02/2021
Aprovado em:
16/08/2021

*Renata de Souza Silva***

**Mestranda em Serviço Social pela PUC-RIO. Assistente Social no Centro Especializado de Assistência Social (CREAS II – Leonardo Targino – SEMASC, Belford Roxo). Possui experiência em atendimento Emergencial Hospitalar. Atua também como apoio técnico no Conselho Tutelar 1 (CT - Belford Roxo, SGD). Tem procurado alinhar a experiência profissional com a pesquisa científica junto a populações em situação de violação de direitos(LGBTQIA+, Criança e Adolescente, Mulheres e Juventude), a partir da interseccionalidade destas com sexualidade, raça, classe e gênero e direcionadas à área de Ciências Sociais Aplicadas. ORCID: 0000-0003-0642-4608. E-mail:renatass@id.uff.br



Resumo – *O presente trabalho visa propor reflexões sobre como a violência cometida contra pessoas trans e travestis, tida aqui como violência transfóbica, pode ser vista como instância do processo de colonialidade de gênero, que permeiam as relações de poder presentes na sociedade brasileira. Para tal, se pretende contextualizar brevemente dados estatísticos já produzidos sobre violência transfóbica no Brasil principalmente no ano de 2020, durante a pandemia de COVID-19, com a discussão de estudos decoloniais, a fim de possibilitar uma breve análise deste tipo de violência, compreendendo que durante este período exacerbou ainda mais a invisibilidade dada a estes sujeitos, que já vivem rotineiramente o apagamento de seus corpos sociais, e são classificadas como não ser, haja vista que estes estão em dissenso ontológico colonial fundamentado em padrões eurocêntricos, de classe, gênero, raça e até mesmo de desejo sexual.*

Palavras-chaves: *Colonialidade de gênero. Invisibilidade. COVID-19. Decolonialidade.*

Abstract – *The present work aims to propose reflections on how the violence committed against trans and transvestite people, considered here as transphobic violence, can be seen as an instance of the process of gender coloniality, which permeate the power relations present in Brazilian society. To this end, we intend to briefly contextualize statistical data already produced on transphobic violence in Brazil, mainly in the year 2020, during the COVID-19 pandemic, with the discussion of decolonial studies, in order to allow a brief analysis of this type of violence, comprising that during this period the invisibility given to these subjects, who already routinely experience the erasure of their social bodies, was further exacerbated, and are classified as not being, given that they are in colonial ontological dissent based on Eurocentric, class standards, gender, race and even sexual desire.*

Keywords – *Coloniality of gender. Invisibility. COVID-19. Decoloniality.*



O advento da modernidade com suas transformações econômicas, sociais e culturais, resultam na organização do sistema mundo capitalista em categorias, divisões baseadas em padrões eurocêntricos, de inferiorização de grupos humanos não-europeus, de modo a repressar tudo que não estivesse dentro do padrão estabelecido dentro do processo da colonização. (LUGONES, 2014)

A sociedade brasileira não diferentemente de outras sociedades colonizadas, passou por este processo de colonização do poder, baseado no capitalismo moderno/colonial eurocentrado, que teve seu início a partir da conquista das Américas, o que acabou resultando em um padrão de classe, raça e gênero, que classificaria toda a população mundial, de acordo com o padrão eurocêntrico racializado, produzindo identidades históricas cada vez mais hierarquizadas, que determinariam de acordo com estes modelos hegemônicos os papéis sociais que cada ser deveria desempenhar, para manutenção da dominação. (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2014)

Ao falarmos destes padrões, que a colonialidade de poder reforça, estamos dizendo de acordo com as concepções de Aníbal Quijano, que o colonialismo europeu perdura para além de uma imposição política-econômica-administrativa colonial, chegando às

entranhas dos povos. Reforçando a permanência de padrões racistas, classistas e sexistas presentes nas relações sociais até os dias atuais, apesar dos processos emancipatórios coloniais dos séculos XIX E XX. (QUIJANO, 2005; 2007)

Em função disso, cabe ressaltar que colonialismo não é sinônimo de colonialidade, haja vista que o primeiro se refere ao período em que se tinha o mandatório da presença da administração colonial, enquanto que a colonialidade é a sobrevivência dos modelos coloniais de poder e submissão, que mesmo com o advento do mito da pós-colonização que trás em seu ideário que a extinção de vínculo colonial, promove a descolonização social, se sustenta até os dias atuais.

É aqui que reside a pertinência da distinção entre “colonialismo” e “colonialidade”. A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. (GROSGUÉL, 2008. pg.126)

Nisto entendemos que a colonialidade sobrevive, ao entrar nas estruturas subjetivas e objetivas



do ser, nos imaginários sociais, nas atitudes comportamentais, nas construções e expectativas do colonizado, através do discurso do colonizador que visa destruir o ontológico do outro, para que assim sejam reprimidos os saberes produzidos, os simbolismos, as imagens deste colonizado, e lhe seja imputado novos arquétipos eurocêntricos. (OLIVEIRA; CANDAU, 2010; QUIJANO, 2007).

Maldonado-Torres (2007, pg. 131), ainda completa:

(...) a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça.

Neste sentido, para alcançar o caráter ontológico dos nativos, sejam eles homens ou mulheres, o sistema moderno colonial, utiliza o ferramental da colonialidade atrelado à questão de gênero para os seus discursos servirem de controle das condutas, determinar normas, papéis e espaços, para que fique bem claro qual o lugar do homem e da mulher den-

tro das sociedades colonizadas, seguindo as padro-nagens hegemônicas culturais, de poder baseadas em racialização e hierarquização, que perpetuam a colonialidade dentro do escopo das relações sociais. (LUGONES, 2014)

Sendo assim essa interligação entre a colonialidade do poder e do gênero, como afirma Lugones (2014), resulta um apagamento do ser, em uma desumanização do colonizador sobre o colonizado, ao ponto de invisibilizar tudo aquilo tido como nativo, como apartado do modelo eurocêntrico colonial hegemônico.

E esta invisibilidade, esse apagamento do ser, de forma sistêmica, determinada, hidrófoba e intolerável, que alimenta a violência transfóbica de moldes brasileiros, ao ponto de negar ao outro a dignidade humana que lhe é imbuída, criando assim uma inferiorização e uma hierarquização de grupos humanos, ao ponto como afirma Fanon (1983), de ser negado aquele corpo, que pelo processo de colonialidade de poder é caracterizado como não corpo, a sua própria presença enquanto vida humana.

Com a chegada da pandemia de COVID-19 fez emergir uma nova realidade para toda população mundial, principalmente em seguir orientações de prevenção, que causariam impactos jamais vistos na vida das pessoas, sobretudo sobre aqueles (as) que



de alguma forma já vivenciam um isolamento social, por meio da invisibilidade dada aos seus corpos sociais, provenientes de modelos eurocêntricos heteronormativos.

É a partir deste contexto, que pretendemos discutir os aspectos que permeiam a violência transfóbica no Brasil, entendendo esta como algo proveniente da colonialidade do poder e de gênero, que calcifica as opressões sobre as identidades relacionadas ao feminino, haja vista que desde os tempos coloniais, estas são vistas como bestiais, e necessita ser civilizadas dentro de uma concepção ideológica hegemônica heteronormativa, racializada e hierarquizada, fruto da herança colonial.

Por meio de análise de dados de referentes à violência cometida contra a população trans no ano de 2020, auge da pandemia de COVID-19, constantes em dossiês, artigos, atlas, e demais fontes de dados de sites de organizações, movimentos e outras instituições, que lutam em defesa da vida da população trans e travestis, que será possibilitada a discussão mesmo de maneira breve, sobre violência transfóbica, sendo este espólio do decurso de colonização do Brasil, e que tem contribuído para a subalternização da população trans e travesti brasileira, haja vista que sua existência se constitui marcada pela descon-

sideração social, produto do processo cristianizador da modernidade colonial.

Travestilidade, Transexualidade e Colonialidade De Gênero.

Para se falar de travestilidade e transexualidade, se faz necessário uma lacônica compreensão sobre identidade de gênero, entendendo este construto que está relacionado à forma social da identificação das pessoas como homens e mulheres, que esta para além das questões anátomo-fisiológica das pessoas, ou seja,

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. (JESUS, 2012, pg.8)

Por isso, ao se falar de transexualidade é necessário entender que esta também se difere da travestilidade, isto é, transexual é a pessoa que se identifica com um gênero divergente do que lhe foi imposto no



ato do nascimento, ao ponto, de algumas delas, desejarem realizar mudanças corporais, para redesignação, para ajustar os corpos à imagem de gênero que possuem de si mesmos. (CARRARA et al, 2009)

No caso das travestis estas podem ser vistas como pessoas cujo gênero e identidade social, são contrapostos ao seu sexo biológico, e que coexistem cotidianamente como pessoas de seu gênero de escolha, ou seja, as travestis possuem em suas vivências papéis de gênero feminino, mas não se identificam nem em nenhum dos polos designados (homens e mulheres), por entenderem que transitam entre os dois, “*como membros de um terceiro gênero ou de um não gênero*” (JESUS, 2012. pg.17).

Com base no entendimento que identidade de gênero, é uma construção social, apreendemos que as vivências da travestilidade e transexualidade são imensamente permeadas pela colonialidade de gênero, sendo esta uma crítica transcendente acerca do conceito de colonialidade de poder trabalhado por autores como Aníbal Quijano e Maldonado-Torres.

Neste sentido, para Lugones (2014), falar da colonialidade de poder requer correlacionar os marcadores de opressão (raça, classe, gênero e sexualidade), haja vista que estes incidem diretamente sobre as identidades de gênero fora dos padrões heteronor-

mativos, que a mesma denomina de colonialidade de gênero. (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2014)

Antes da chegada da colonização nas Américas, a questão de gênero, não era algo da habitualidade dos ditos “nativos”, e isto é trago em seus moldes eurocêntricos pelos colonizadores, podemos dizer que quando olhamos atentamente para travestis e pessoas trans, vemos que estas pessoas estão dentro do discurso da colonialidade de gênero e poder, ou seja, fora dos padrões patriarcais heteronormativos, que definem que a marca do que vem a ser humano, é o homem europeu, branco, burguês, colonial, moderno, cristão, heterossexual, civilizado. (LUGONES, 2014)

Nisto, a autora ainda afirma, essa dicotomia hierárquica que foi trazida pelos colonizados europeus, que categoriza os humanos e os não humanos, os nativos entre fêmeas e machos, sem respeitar suas identidades culturais, categorizando e subalternizando os gêneros, a partir do polo homem ocidental, é utilizada como ferramenta para adequar os colonizados dentro de suas égides comportamentais, haja vista que estas mesmo no principio da modernidade já eram vistas como aberrações da perfeição masculina branca europeia. (LUGONES, 2008; 2014)

Lugones (2014) ainda completa que a busca por distinções sexuais, advindas da modernidade colo-



nial, provenientes da observação das ações que cada sexo executa na organização social, de sociedades colonizadas, resultou em um dimorfismo sexual, que se torna eixo estruturante do sistema de gênero no ponto de vista da colonialidade do poder, tendo em vista que determina um padrão heteronormativo para homens e mulheres, e aparta outras expressões de identidade de gênero e sexualidade que não estejam de acordo com tal norma, classificando estes como bestiais, bizarros, anômalos, que sempre devem ser julgados, lhes negando assim o estatuto humano.

Os argumentos de Lugones nos levam a refletir, que raça e gênero, enquanto categoriais interseccionais de análise, das relações sociais, atribuem dentro do sistema de colonialidade significado ao humano e ao não humano, ou seja, dão sentido aos corpos colonizados, a partir do desejo dos colonizadores, a fim de validar a dicotomia hierárquica principal, como podemos ver a seguir:

(...) se estou certa sobre a colonialidade do gênero, na distinção entre humano e não humano, sexo tinha que estar isolado. Gênero e sexo não podiam ser ao mesmo tempo vinculados separavelmente e racializados. O dimorfismo sexual converteu-se na base para a compreensão dicotômica do gênero, a característica humana.

(2014, pg.937).

Sendo assim esse dimorfismo sexual, esse caráter dicotômico dos gêneros, permanece nas engrenagens da construção social, e nos processos coloniais do sistema mundo capitalistas, operando por meio dos significados simbólicos que permeiam a dominação sobre os colonizados. (LUGONES, 2008; GROSGOUEL, 2008)

Ainda nesta perspectiva a autora fala do esvaziamento que possui a mulher colonizada, tendo em vista que como os homens não eram vistos como homens, e nem como humanos, estas não poderiam receber o atributo de mulheres, ou seja, “*nenhuma fêmea colonizada é mulher.*” (Lugones, 2014. pg.939), colocando assim tudo ligado ao feminino colonizado à categorização do não ser, de não pertencimento, o que trazendo para os dias atuais impõe as pessoas que vivem a travestilidade e transexualidade, devido as suas identidades de gênero dissidentes e resistentes aos processos coloniais, a lugares abjetos sociais, subalternizados, permeados de humilhação e violência, chegando até mesmo à morte.

Portanto, o que se procura discutir é como a colonialidade de gênero, com seus fios invisíveis, perpetua a missão civilizatória cristã opressiva até



os dias de hoje, sobre as identidades de gênero dissonantes/resistentes no modelo colonial capitalista, e como isso se exacerba nestes tempos de pandemia de COVID-19, tendo em conta a negação cotidiana a travestis e transexuais ao acesso aos direitos sociais e como isso aprofunda a condição de vulnerabilidade destes sujeitos.

Metodologia

Propomos como forma de ilustrar essa breve discussão acerca da violência transfóbica e sua íntima relação com os conceitos de colonialidade de poder, gênero e ser, advindo do processo de colonização, tendo como pano de fundo a pandemia de COVID-19, um percurso metodológico baseado em um levantamento de dados estatísticos, acerca de violência transfóbica, que constassem em dossiês, relatórios de pesquisas, atlas da violência, matérias jornalísticas e artigos acadêmicos, com recorte temporal do ano 2020.

Nesse percurso se pretende compreender não só as nuances de como a violência transfóbica é algo calcificado na sociedade brasileira atrelada às questões coloniais, bem como vislumbrar como as pessoas trans minimamente tem garantido sua sobrevivência

nestes tempos pandêmicos, tendo em vista que esta população vive um cotidiano de violência e invisibilidade no que tange o acesso a políticas públicas.

Posteriormente estes dados, por meio de uma discussão atrelada ao referencial teórico, serão analisados e debatidos, tomando por apoio a preferência da hermenêutica dialética que procura observar a realidade social em sua complexidade, para assim desvelar as nuances dos fenômenos sociais. (GOMES, 2015; MINAYO, 2005)

Discutindo Violência Transfóbica e Decolonialidade

A partir da discussão que a colonialidade é parte estruturante do sistema mundo capitalista, constitutiva das relações de poder e de gênero, e que esta nos possibilita compreender que as estruturas de dominação e exploração se estendem até os dias atuais, criando classificações sociais entre sujeitos, tomando como base padrões eurocêntricos heteronormativos patriarcais. (CURIEL, 2019; OLIVEIRA; CANDAU, 2010; GROSGOUEL, 2008).

Neste contexto, para pensar a transfobia contrapondo essa colonialidade, que desumaniza que



estende até as entranhas do ser a exploração, se faz necessário à adoção de uma visão de análise crítica de que esse modelo incide diretamente sobre os comportamentos transfóbicos; análise por um olhar desconstruído, que ultrapasse barreiras, que direcione para uma construção e criação de saberes a partir das periferias sociais, que tenha como meta central a reconstrução do ser, do poder e do saber, partindo do pressuposto das experiências de colonialidade, ou seja, com atitude decolonial, lutando contra a colonialidade a partir das experiências subalternas dos povos colonizados. (WALSH, 2009; MIGNOLO, 2005)

Entendendo que o viés decolonial trás na episteme de seu cerne os sujeitos, os grupos e povos subalternizados, negligenciados, excluídos, e coloca suas vivências no centro do debate, por acreditar que historicamente suas falas, culturas, corpos, faces, narrativas, sentidos, expressões, foram todos invisibilizados durante o processo de colonização e assim permanecem na manutenção da colonialidade do poder, do ser, do saber e de gênero. (LUGONES, 2008; 2014; WALSH, 2009.)

Na realização do levantamento de dados estatísticos sobre violência transfóbica, para a confecção deste texto, se pode constatar como a transfobia, continua sendo perpetuada devido à ausência

de ações concretas do Estado em face do combate às violências que acometem a população trans, haja vista que segundo dados do Dossiê sobre Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras de 2020, publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e pelo Instituto Brasileiro Trans De Educação (IBTE), violências cometidas contra população LGBT, 67% são direcionadas a travestis e transexuais, que mesmo com as legislações que servem de defesa da população LGBT e com o enquadramento pelo STF¹ da transfobia como crime, perpetuando assim um colonialidade de gênero, poder e ser, que destroem vidas, inferioriza ainda os sujeitos coletivos. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020; STF, 2019).

Durante o levantamento bibliográfico é perceptível que alguns órgãos realizam levantamento acerca de violência LGBT, mas não chegam a categorizar violência transfóbica fora dessa homogeneização colocando todos os tipos de violências, dentro do mesmo barco, deixando assim de dar visibilidade à questão trans, isto pode ser visto bem claramente nos dados do Atlas da Violência de 2020, elaborado pelo IPEA, no qual se menciona o total da violência cometida contra população LGBT, mas a captação dos dados estatísticos não é exato em comparação a



violências cometidas contras populações (crianças, idosos, mulheres), que alguns casos possuem notificação compulsória. (IPEA, 2020)

No próprio documento do IPEA, é admitido pela instituição que a uma falha na captação dos dados haja vista a subnotificação dos casos de violência LGBT, e que o fator da identidade de gênero e orientação sexual, não ser levado em conta quando se há os registros de ocorrência nesses casos de maneira adequada. (IPEA, 2020. Pg.54)

Nisto se apreende que produzir conhecimento sobre questões identitárias de gênero e sexualidade, precisam ser repensadas, descolonizadas, ou seja, vislumbradas a partir do olhar dos corpos negados, do conhecimento empírico e científico que estes produzem, ou melhor, superando a divisão entre economia e cultural dentro do sistema mundo capitalista, entendendo, que a colonialidade entra no âmago das pessoas, com novas roupagens, neste caso, como novo nome – neoliberalismo, ditando os modos de vida, de saberes, de fazeres, de produzir técnico e científico, por isso como afirma Ramon Grosfoguel:

A “matriz de poder colonial” é um principio organizador que envolve o exercício da exploração e dominação em múltiplas dimensões da vida social, desde a econômica,

sexual ou das relações de gênero, até das organizações políticas, estruturas de conhecimento, instituições estatais e agregados familiares. (2008, pg.124)

Neste concerne, também se observa no Atlas da Violência, produzido pelo IPEA, que a questão da violência contra a população LGBT, só passou a ter visibilidade a partir do ano de 2019, mas ainda sim trás um apagão de produção dados estatísticos oficiais sobre esta população, haja vista que não consegue nem contrapor dados de violência em canais oficiais (disque 100, notificações SINAN ou registros de ocorrência) com totalidade da população LGBT, ou até mesmo em nível de quantitativo de pessoas por seguimento, idade, raça, tipos de violência e etc., permanecendo da mesma maneira no ano de 2020, ficando claro para quem se debruça sobre estes dados que a invisibilidade da população trans na produção do conhecimento é algo que faz crescer o fosso das desigualdades sociais entre as classes, e dentro destas entre os gêneros. (IPEA, 2019; 2020)

Bem como serve para atender as solicitações da colonialidade do poder e do saber, que visam sempre manter o patriarcado europeu e suas noções de sexualidade, economia, epistemologia e conhecimento como hegemônicos hierarquizantes, que categorizam as pes-



soas e seus saberes como inferiores e superiores, dentro do âmbito do Estado Nação. (GROSFOGUEL, 2008)

A partir desse entendimento de controle das relações sociais, por meio da colonialidade dentro do âmbito do Estado Nação, podemos mencionar um caso emblemático de violência institucional transfóbica que ocorreu no dia 10 de Dezembro de 2020, que ilustra bastante a manutenção do local de subalternidade que se deseja atribuir à população trans (travestis e transexuais) nos espaços públicos, tendo em vista a não inclusão de mulheres trans no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, sobre o combate a violência política contra mulheres. (AGÊNCIA CAMARA DE NOTÍCIAS, 2020).

Isto deixa bem claro, como o conservadorismo heteronormativo patriarcal sexista misógino, no qual a sociedade brasileira ainda fundamenta suas legislações, permanece presente não só no imaginário das relações, bem como na concretude dos direitos, tendo em vista que a própria relatora da proposta foi contra a inclusão de mulheres trans, justificando sua posição com base em valores conservadores acerca de gênero e família. (AGÊNCIA CAMARA DE NOTÍCIAS, 2020).

É perceptível que tal posição está profundamente ligada a divisão sexual dos papéis sociais, baseado no binarismo eurocêntrico, que perpetua a colonialida-

de de gênero, que só enxerga gênero atrelado à questão biológica, e não como um construto das relações sociais racializada e esvaziadas pela colonização. (GROSFOGUEL, 2008 LUGONES, 2014).

Apesar da violência institucional transfóbica, não se pode negar que houve um aumento da inserção das pessoas trans no campo político, no último pleito eleitoral, em relação ao de 2016, que somente teve 8 candidatos eleitos, conforme dados da ANTRA, e no de 2020, aproximadamente 27 pessoas trans foram eleitas para câmaras municipais.

O que em tempos de conservadorismo exacerbado, pode ser visto até certo ponto, como um passo para descolonizar a política no Brasil, haja vista que, a partir do local da subalternização a qual estão relegadas, estas pessoas edificam suas lutas, e se inserem nas camadas das estruturas de poder, para promover o debate crítico ao sistema do capital e suas estratificações sociais. (RADIO SENADO, 2020; GROSFOGUEL, 2008).

Contudo, cremos que a entrada de pessoas trans e travestis no campo político tenham sido bastante motivadas devido ao crescimento da violência transfóbica após as eleições de 2018, tendo em vista que a retomada do discurso ideológico conservador principalmente nos últimos cinco anos, tem se tornado mais violento.



Dados do *Relatório Violência contra LGBTQTS+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral, referente ao pleito eleitoral de 2018*, publicado em 2019, pela Startup Jornalística Gênero e Número, demonstram que mesmo com a presença de luta e resistência destas pessoas de forma organizada em movimentos sociais, ONGS, partidos políticos, associações e etc., a violência transfóbica teve aumento bastante expressivo nos últimos tempos.

Podemos analisar que isso se atribui a perpetuidade da colonialidade de gênero, presente nas falas ultraconservadoras reacionárias, alinhadas ao fundamentalismo religioso de cristianização moralizante social, que ganharam muita força nos últimos anos no cenário político, econômico e social do país.

Consequentemente, para se falar dessa exacerbção da violência transfóbica no Brasil, é necessário dar visibilidade, a quem esta na ponta lança destas violações, por isso ao se analisar dados deste tipo de violência, se faz necessário partir de uma perspectiva da subalternidade, que contribui de forma excepcional no debate crítico ao capitalismo como sistema mundo, haja vista que valoriza a voz do sujeito, ou seja, "(...) o locus da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala." (GROSGUÉL, 2008. pg. 119); concatenando o lu-

gar epistêmico com o lugar social.

Quando levantamos dados que são produzidos por aqueles que sofrem as violências, que se unem nessa produção, para dar visibilidade, aquilo que se encontra nas enunciações mitológicas criadas pela colonização, acerca dos diferentes, dos nativos, estamos dizendo que o conhecimento produzido a partir destes corpos políticos, dentro de seus territórios, representações e sentidos sociais, são construções teóricas empíricas, que convertidas em teorias possibilitam ter um olhar decolonial acerca do conhecimento produzido sobre gênero e suas intersecções com outras categorias, que incidem diretamente, no caso deste breve estudo sobre as vidas das pessoas trans e travestis. (CURIÉL, 2019; SILVA, 2019)

Em função disso, buscar dados em organizações que trabalham com esta temática, que são dirigidas por pessoas trans e travestis, foi essencial a este levantamento, principalmente dados do Dossiê de assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais, que é organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, que se torna base para tantas outras pesquisas da mesma área.

Dados presentes no Dossiê de assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019 da Associação Nacional de Travestis e Transe-



xuais (ANTRA), relatam que mesmo com uma queda dos índices se comparados aos anos anteriores (2017 e 2018), o Brasil ainda se mantém em 1º lugar no ranking de assassinatos e violências cometidas contra a população trans, contabilizando no ano de 2019, 124 casos notificados.

Dessa forma, concluímos que, durante o ano de 2019, vimos aumentar a violência direta no dia-a-dia das pessoas trans. Em levantamento recente, a Revista Gênero e Número, revelou um aumento de 800% das notificações de agressões contra a população trans, chegando ao grave número de 11 pessoas agredidas diariamente no Brasil. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019. pg.10).

Por essa razão, se pode apreender que o contexto de mundialização/globalização do sistema capitalista, por meio da expansão neoliberal, vista como uma face da colonialidade do poder coloca a transfobia no normal das barbáries que são acentuadas pelos processos de descaracterização do ser, tendo em vista que esse tipo de violência perpetua o poder da classe dominante, que se utiliza de ferramentais de opressão e violência sobre os corpos que são tidos como descartáveis sociais, por serem grupos historicamente excluídos (SIMPSON, 2015; SOARES E SILVA, 2019).

No boletim nº 5/2020 da ANTRA, lançado em 31 de Outubro de 2020, informa que nos dez primeiros meses de 2020, já aconteceram 151 assassinatos de pessoas trans e travetis no Brasil, 22% a mais do que ano inteiro de 2019, aonde os números chegaram a 124 pessoas assassinadas de maneira cruel e vil. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020)

E que estas pessoas mortas, tinham como identidade de gênero feminina, algo que conduz ao pensamento que a questão de corpos que sejam entendidos como “feminização de homens colonizados”, deve receber as sevícias e humilhações, por serem vistos como deformações do homem europeu heterossexual. (LUGONES, 2014)

Por isso, ter um olhar decolonial acerca das relações de gênero é extremamente necessário para se romper com paradigmas da colonialidade de gênero que estratificam os indivíduos em classes de diferenciação de sexo, e que transmutam os sentidos subjetivos de não lugar, de objetificação das pessoas, em discurso de ódio e morte, com caráter de extermínio, daqueles que são dissidentes, que não respeitam as ordens do sistema mundo capitalista em suas nuances mais obscuras (GROSFUGUEL, 2008; QUIJANO, 2005).

De acordo com dados da startup de jornalismo de dados Gênero e Número a diversidade de identidade de



gênero e orientação sexual é um dos fatores que resultam na condição de vulnerabilidade social e econômica da população trans, e isto se dá devido ao projeto que se concretiza todos os dias ligados a formula conservadora neoliberal, que marginaliza esta população.

Nesta perspectiva, se pode apreender que devido esta dimensão estrutural do preconceito (colonialidade do poder), vinculada às questões do capitalismo mundial, grande parte da população trans no país vive em condições de extrema miséria e exclusão social, sem acesso a direitos sociais inscritos na CF²⁸⁸, e para, além disso, lhes é negado o direito a vida, principalmente nestes últimos anos, onde além de adotar linhas neoliberais de negação de direitos, o Brasil, possui no cerne do governo atual, explicitamente um caráter transfóbico por ideologia nas direções das políticas públicas. (LARRAT, 2015)

Outro ponto que chama atenção no levantamento dos dados é o processo migratório que as travestis e pessoas trans são forçadas, estes deslocamentos forçados, que impõe aos indivíduos a saída de sua terra natal, para procurar melhores locais para sobreviver, atrelando isso à questão da violência de gênero, o dossiê da ANTRA (2020) menciona os efeitos desta emigração das travestis e transexuais para outros países ou para outros estados dentro do próprio

país, a fim de assegurar sua sobrevivência e garantir com certa tranquilidade espaços de trabalho, mantendo-se longe das zonas de conflito, onde ocorrem os mais brutais crimes contra a população trans. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020; ESCOBAR, 2005).

Este tipo de processo migratório pode ser visto como a perda do lugar de natureza da pessoa, o rompimento com a cosmologia ecológica do ser, onde se constroem saberes, relações, sentidos, sistemas de vida, o que acaba interferindo radicalmente nas vivências comunitária das pessoas, e no sentido que estas dão as questões sociais, econômicas, políticas e culturais que permeiam o espaço onde estão inseridas; e que isto atende aos interesses do capitalismo global, que visa segregar os indivíduos, hierarquizando-os e classificando o mundo em periferias econômicas. (QUIJANO, 2005; ESCOBAR, 2005).

À vista disso, ao se observar as nuances das intensificações das desigualdades advindas do sistema mundo capitalista na contemporaneidade, principalmente no Brasil, não podemos deixar de mencionar que este processo sempre esteve atrelado ao ideário racista, homofóbico, sexista, misóginos, haja vista que a expansão colonial vinda da Europa foi conduzida por homens europeus heterossexuais.



Aonde quer que chegassem, traziam consigo os seus preconceitos culturais e formavam estruturas heterárquicas de desigualdade sexual, de gênero, de classe e raciais. Deste modo, no “capitalismo histórico” – entendido como “sistema heterárquico” ou “estrutura heterogênea” – o processo de incorporação periférica na acumulação incessante de capital foi sendo constituído por, e enredado com, hierarquias e discursos homofóbicos, sexistas e racistas. (GROSFOGUEL, 2008. pg.134).

Neste sentido, entendendo que a violência transfóbica é algo estrutural no Brasil, e que não se teve uma ruptura radical com estas práticas, sendo esta institucionalizada até os dias atuais, em todas as instâncias, criando assim um apagamento das pessoas, desvalorizando suas vivências plurais, corporificando as submissões e as expropriações. (MALDONADO-TORRES, 2016)

Portanto, ao se debruçar minimamente sobre os dados levantados, tomando como base o pensamento decolonial, é ver a eminência do não ser, a partir de seus arranjos sociais de luta, criar e produzir conhecimentos, que produzem abalo nas estruturas dos conceitos identitários, vendo que por meio dos corpos dissidentes, que transgridem a cis-heteronormatividade, os modelos patriarcais binaristas de gê-

nero, são desmantelados, de tal modo que é passível de desconstrução e modificação, criando assim tecnologias emancipatórias, comprometidas com a retomada da humanização do ser em sua completude.

Invisibilidade Trans e A Pandemia de COVID-19

A crise sanitária, política e econômica, trazida pela pandemia de COVID-19, possui uma complexidade e profundidade estruturantes da produção e reprodução das relações sociais capitalistas que naturaliza as desigualdades sociais e culpabiliza o indivíduo, responsabilizando-o pelas suas condições de vida e de precarização, não relacionando as desigualdades com a formação sócio-histórica do Brasil, não associando ao racismo, as desigualdades de gênero, a opressão, ao sexismo, patriarcado, a um sistema mundo capitalista, de padrões eurocêntricos heteronormativos (HARVEY, 2020; QUIJANO, 2005.)

Há é notório o retrocesso imensurável nas políticas sociais para combate à violência de gênero, nos tempos atuais, em vista das conquistas que já existiam a passos lentos, e que vão se esvaindo de forma contumaz devido ao atual gestão governamental,



que se posiciona diante das populações mais vulneráveis, de maneira discriminatória, transfóbica, misógina, racista e perversa, agravando assim a situação da população trans, que desde muito tempo já vivencia um invisibilidade social cruelíssima, e que agora se calcifica com a negação dos direitos socialmente construídos, por meio do acesso as políticas públicas, principalmente nestes tempos pandêmicos. (HARVEY, 2020)

Segundo Harvey, a chegada da pandemia de COVID-19 faz emergir, outras nuances pandêmicas sociais, em nível de gênero, classe e raça, quando determina quem consegue ou não acessar os bens e serviços dentro da sociedade do capital, neste cenário, tendo em vista que as respostas que são dadas para o enfrentamento da pandemia, são colocadas pelo capital como respostas que precisam ser individuais e não coletivas, e nem reflexivas ao ponto de os sujeitos sociais questionarem o neoliberalismo, que determina quem vive e quem morre nestes tempos atuais. (HARVEY, 2020)

Nisto ao pensar como a população trans tem enfrentado a pandemia de COVID-19, nos leva a refletir como diante do quadro de intensificação da transfobia no Brasil, que tem em seu concerne basilar o fundamentalismo religioso e o conservadorismo,

que impõe como comportamento moral o extermínio dos que não estão atrelados à concepção eurocêntrica heteronormativa de identidade de gênero e sexualidade; quais estratégias esta população tem utilizado para sobreviver nestes tempos, de intensa morte, que muita das vezes tem em seu maior alçóo o Estado-Nação, quando inviabiliza a estes corpos sociais o exercício pleno da cidadania. A ANTRA, no ultimo boletim 05/2020, demonstra dados que chamam atenção acerca de como a população trans tem buscado as mais diversas formas para garantir a sobrevivência, mas ainda mantendo como principal atividade garantidora de renda a prostituição, onde 90% desta população ainda atreladas a este fazer profissional, que muita das vezes lhes coloca em risco eminente de morte, e que como a chegada da pandemia muitas travestis e transexuais, relatam perdas de quase 100% de seus rendimentos devido ao isolamento social.

Quanto à questão do acesso ao auxílio emergencial garantido pela Lei 13.982 de 02 de Abril de 2020, foi estimado pela ANTRA que quase 60% da população trans não conseguiu acessar, ou a qualquer outro benefício assistencial de transferência de renda, tendo como principal dificultador a questão documental atrelada à identidade de gênero, que não

3. O projeto transação é uma parceria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, através do Núcleo de Defesa da Diversidade e Direitos Homoafetivos (NUDIVERSIS), o Instituto de Estudos da Religião (ISER) a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Instituto Unibanco, possibilitou o auxílio financeiro a travesti e mulheres transexuais em situação de vulnerabilidade durante a pandemia da COVID-19.

4. A Casinha Acolhida é uma ONG carioca que iniciou suas operações há três anos com a proposta de oferecer apoio à população LGBTQIA+, em particular os expostos às situações extremas de vulnerabilidade e violações de direitos - oferecendo atendimento, encaminhamento e ações específicas nas vertentes de: educação, empregabilidade, cultura e saúde.

é reconhecida pelo sistema das políticas públicas.

Contudo, mesmo com estes dados cabe destacar algumas ações provientes das associações, organizações não governamentais e de defesa dos direitos da população LGBTQI+, que tem atuado para mitigar a ação excludente do Estado, a fim de assegurar a sobrevivência das pessoas trans, neste momento pandêmico.

Destacamos a relevância do projeto TransAção em parceria com as instituições: Defensoria Pública do Rio de Janeiro, ANTRA, Instituto de Religião e o Itaú/Unibanco, que resultou no projeto TransAção³ beneficiando 150 travestis e mulheres transexuais, por um período de três meses com um benefício de R\$ 200 reais, os critérios para acesso ao benefício destaca raça, atividade laboral que foi impactada pela pandemia, desemprego e moradia.

Quando questionadas sobre as suas dificuldades emprego e renda aparece com 87,3% seguido de saúde (questões relacionadas ao processo de transição), educação, segurança e moradia. E ainda 58,6% afirmou ser do grupo de risco para a COVID-19, segundo dados concedidos pelo projeto TransAção.

Outro projeto é da ONG Casinha Acolhida⁴, que atualmente atende 89 famílias composta por pessoas trans, fornecendo mensalmente em parceria com Ticket-Refeição o valor de R\$ 65,00, como cesta bá-

sica mensal, além dos atendimentos em saúde mental, serviço social, e orientações e encaminhamentos para empregabilidade e renda.

Diante das indagações sobre a atuação e responsabilidade do Estado quanto a garantir dos direitos da população trans durante a pandemia da COVID-19, percebemos que na realidade são as redes de apoio, os movimentos sociais, as instituições acolhedoras da população trans, que estão atuando e se responsabilizando por estas pessoas, exercendo um caráter solidário social coletivo, especificamente no Rio de Janeiro, instituições como a ANTRA, a ONG Casinha, o grupo Arco-íris, a Casa Nem e a Pares Caritas buscam articular com a população viabilizando o acolhimento, o acesso à alimentação, a produtos de higiene e a segurança para a travestis e transexuais, nesse período crítico, o qual acentua ainda mais a violência e a invisibilidade dos indesejáveis sociais.

Considerações Finais

No Brasil a violência transfóbica, é algo que marca bastante o processo de colonização nacional, tendo em vista que a utilização das mais variadas formas de violência, contra todos aqueles classificados como



não humanos, foi algo utilizado para atender as solicitações da missão civilizatória trazida pela modernidade, que de maneira dissimulada e atroz acessava os corpos ditos nativos, impetrando sobre eles domínio, exploração e subalternização, desumanizando o ser, invadindo a essencialidade de suas vidas, para assim obter sucesso no controle dos corpos, dos imaginários e ideários sociais, sempre com vistas ao livre exercício do poder colonial.

A vista disto, por estar tão arraigada na construção da sociedade brasileira, a violência transfóbica, impossibilita o exercício da cidadania plena por meio dos direitos sociais e políticas públicas, como também a defesa da vida de pessoas trans e travetis, haja vista que para algumas alas políticas e sociais conservadoras, que permanecem na direção dos interesses dos padrões hegemônicos perpetuados pela colonialidade de poder, proteger e garantir algo as “aberrações” sociais, seria ir contra a confissão cristã eurocêntrica racializada, que influencia as relações sociais tão fortemente, no sistema mundo capitalista.

Deste modo, romper com a ideologia eurocêntrica patriarcal hegemônica conservadora que se coloca contra os direitos das pessoas que sempre estiveram em lugar de subalternidade, ou melhor, de não lugar, nos arranjos sociais, é de suma importância para valo-

rizar a emancipação política e social destes indivíduos, levando em conta também que mesmo neste local, estes produzem conhecimento, vivências e trajetórias, que necessitam ser valorizadas e dignificadas, como saberes transcendentais insurgentes pluriversais.

Para tanto, ter um olhar decolonial, nas discussões sobre violência transfóbica, valorizando o lado subalterno da diferenciação colonial, significa romper com padrões de pensar as relações sociais de gênero, a partir do modelo imposto pela colonização das Américas, significa valorizar a voz destas pessoas que já se encontram inscritas nesses processos sociais interseccionais há mais tempo que se pode imaginar, significa pensar gênero por um viés livre das amarras do binarismo, do sexismo e do racismo, entendendo que pessoas trans e travetis, por viverem intensamente as transgressões das categorizações de gênero, são discriminadas e exterminadas todos os dias dentro dessa perpetuação da colonialidade de poder e de gênero.

Neste sentido, falar de violência transfóbica a partir de um olhar decolonial, significa superar a colonialidade de gênero imposta no escritos teóricos sobre as questões identitárias, é questionar, lutar e criar resistências no que tange a produção do saber e ser é propor um pensamento de fronteira, onde a



fala subalterna seja valorizada, as experiências da exclusão, exploração e opressão colonial sejam vistas como formas de romper de vez com modernidade eurocêntrica patriarcal sexista racializada.

Portanto, neste contexto de crise sanitária e econômica que assola o Brasil, intensificada pela chegada da pandemia de COVID-19, entendemos que mesmo com muitas ações para a defesa dos direitos da população trans, advindas de órgãos que estão ao lado destas pessoas na proteção de suas vidas, vislumbramos que o atual governo que possui em sua condução política o extermínio dos mais vulneráveis, pouco realizou em nível de efetividade para frear a invisibilidade da população trans, que neste período morreu e viveu a margem do acesso as políticas públicas sociais, devido ao negacionismo que paira sobre a sociedade brasileira acerca da valorização da identidade de gênero de seus cidadãos.

Este silêncio que grita dentro dos porões da violência transfóbica, revelam a face perversa que a invisibilidade da população trans possui, tendo em vista que torna estas pessoas cidadãos de segunda classe, ou melhor, de lugar nenhum e que por isso devem não possuir coisa alguma, devem ser marginalizados e exterminados do convívio social.

Ao chegar ao fim do transcurso desse estudo, enten-

demos que a negação estatal da efetividade de direitos a populações mais vulneráveis, por meio da adoção das políticas neoliberais, faz crescer o fosso das desigualdades sociais entre as classes, e dentro destas entre os gêneros.

Em suma, na construção deste estudo foram encontrados diversos entraves que categorizamos como algo que está intimamente com a colonialidade do saber e de gênero, haja vista que o levantamento dos dados acerca da violência transfóbica, neste cenário de pandemia de COVID-19, possuem uma escassez de dados em plataformas oficiais governamentais, produção de textos acadêmicos com debates acerca destes dados com correntes teóricas que mencionem decolonialidade, pensamento de fronteira ou interseccionalidade, até mesmo para correlacionar travestilidade e transexualidade com pensamento feminista decolonial.



Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider B.(orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019** – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider B.(orgs). **BOLETIM Nº 05/2020 – 01 de janeiro a 31 de outubro de 2020 Assassinatos Contra Travestis E Transexuais Brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020
BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório [Internet]. 2019 [cited 2020 Dec 06]. Available from: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm>

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Diário Oficial da União 2020; 7 Abril, 2020.

CARRARA, Sergio. et al. Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. **Caderno de Atividades**. Rio de Janeiro/Brasília: CEPESC/SPM, 2009.

CURIEL, Ochy. Crítica Pós-Colonial A Partir Das Práticas Políticas Do Feminismo Antirracista1. **Revista de Teoria da História**—Volume, v. 22, n. 02, 2019.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO**, p. 133-168, 2005.



FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

GENERO E NÚMERO. Relatório Violência contra LGBTQTS+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral, referente ao pleito eleitoral de 2018. Rio de Janeiro, 2019. **Relatório**. Disponível em: http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C.S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 34^a. ed, Petrópolis, Vozes, 2015

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: trans-modernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. Blog Boitempo, 24 de março de 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harveypolitica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2021.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência 2020. Brasília: Ipea, 2020.
JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Idealização e Desenvolvimento. Brasília, 2012.

LARRAT, Symmy. Transfobia: como vencer uma herança do Brasil colonial e uma marca da ditadura. **Ministério da Saúde. Transexualidade e travestilidade na saúde. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa**, 2015.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.



_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis. Set Dez. 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

_____. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.) *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

MINAYO, Maria C.S. (org.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, pág. 15-40, abril de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 06 de Janeiro de 2021.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder y clasificación social”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago (ed.); GROSGOUEL, Ramón (ed.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Central - IESCO / Universidad Javeriana – Instituto Pensar / Siglo del Hombre, 2007.



_____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277

RESENDE, R. **Radio Senado**, 2020. Eleição tem recorde de pessoas trans eleitas para Câmaras de Vereadores. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/11/18/eleicao-tem-recorde-de-pessoas-trans-eleitas-para-camaras-de-vereadores>>. Acesso em: 09, Dez, 2020.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. O dispositivo da colonialidade de gênero no discurso transfóbico online. **Raído**, v. 13, n. 33, p. 10-27, 2019.

SIMPSON, Keila; BRASIL. Transexualidade e travestilidade na saúde. **Ministério da Saúde, organizador. Transexualidade e travestilidade na Saúde. Brasília: Ministério da Saúde**, p. 9-15, 2015.

SIQUEIRA, C. Câmara aprova proposta de combate à violência política contra mulheres. **Agência Câmara de Notícias**, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/714744-camara-aprova-proposta-de-combate-a-violencia-politica-contra-mulheres>>. Acesso em: 09, Dez, 2020.

SOARES, Valéria Barbosa; SILVA, Sandra Helena da. MOVIMENTO SOCIAL LGBTI: LUTA E RESISTÊNCIA FRENTE AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>> Acesso em: 09, Dez, 2020.



RENATA DE SOUZA SILVA

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 12-43, 2009.